

# TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S/A.

## CNPJ 03.869.208/0001-30

Senhores Acionistas, Administradores e Conselheiros:

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Contábeis da Terminais Aéreos de Maringá SBMG S/A., compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2010 e 2009, bem como o respectivo Parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL					
31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em reais)					
	2010	2009		2010	2009
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	508.679	773.753	<b>CIRCULANTE</b>	307.399	307.842
Disponibilidades	21.395	200.930	Fornecedores	58.578	113.707
Aplicações financeiras	134.164	502.429	Obrigações tributárias	62.453	44.772
Clientes	253.501	33.422	Obrigações trabalhistas e provisões	169.403	133.252
Tributos a recuperar	34.584	6.565	Provisões para contingências	5.874	5.874
Outros créditos	61.107	26.453	Outras obrigações	11.091	10.237
Despesas antecipadas	3.928	3.954			
			<b>NÃO CIRCULANTE</b>	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	809.860	812.127			
Valores a receber	100.000	100.000	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	1.011.140	1.278.038
Depósitos judiciais	21.429	21.429	Capital social	3.550.000	3.550.000
Imobilizado	681.494	684.045	Capital a integralizar	-	-150.000
Intangível	6.937	6.653	Reservas de capital	133.240	133.240
			Reserva legal	11.262	11.262
			Reserva para contingências	8.640	8.640
			Prejuízos acumulados	(2.692.002)	(2.275.104)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.318.539</b>	<b>1.585.880</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.318.539</b>	<b>1.585.880</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)			
	2010	2009	
Receita Operacional Bruta	5.061.488	3.218.633	
Deduções da receita bruta	(447.349,00)	(296.178,00)	
Receita Operacional Líquida	<b>5.508.837</b>	<b>2.922.455</b>	
Custo dos produtos vendidos	(4.138.749 )	(3.242.754 )	
Lucro Operacional Bruto	<b>1.370.088</b>	(320.299)	
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas Gerais e Administrativas	(1.750.322)	(1.090.836)	
Resultado financeiro líquido	19.579	7.169	
Lucro Líquido do Exercício	(360.655)	(1.403.966)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)							
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva p/ Contingências	Prejuízos Acumulados	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$)</b>	1.750.000	(250.000)	133.240	11.262	8.640	(871.638)	782.004
Aumento de capital	1.800.000	100.000	-	-	-	-	1.900.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.403.966)	(1.403.966)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009 (em R\$)</b>	3.550.000	(150.000)	133.240	11.262	8.640	(2.275.104)	1.278.038
Aumento de capital	-	150.000	-	-	-	-	150.000
Ajustes exerc. anteriores	-	-	-	-	-	(56.242)	(56.242)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(360.656)	(360.656)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 (em R\$)</b>	3.550.000	-	133.240	11.262	8.640	(2.275.104)	(2.692.002)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

	2010	2009
<b>1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo do exercício	(360.655)	(1.403.966)
Depreciação e amortização	92.293	87.848
Aumento/redução dos Clientes	(220.079)	782
Aumento dos Tributos a recuperar	(28.019)	(2.469)
Aumento dos Outros créditos	(34.654)	(2.271)
Redução das Despesas antecipadas	26	(24.126)
Aumento dos depósitos judiciais	-	(21.429)
Redução/aumento dos Fornecedores	(55.129)	22.089
Aumento das Obrigações tributárias	17.681	25.876
Aumento das Obrigações trabalhistas e provisões	36.151	24.127
Aumento das Outras obrigações	854	280
<b>CAIXA TOMADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(551.531)</b>	<b>(1.293.259)</b>
<b>2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aumento líquido de imobilizado	(89.743)	(60.176)
Aquisições de intangível	(284)	-
<b>CAIXA TOMADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(90.027)</b>	<b>(60.176)</b>
<b>3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital social	150.000	1.900.000
Ajustes de exercícios anteriores	(56.242)	-
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>93.758</b>	<b>1.900.000</b>
<b>CAIXA TOMADO NO EXERCÍCIO</b>		
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>703.359</b>	<b>156.794</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>155.559</b>	<b>703.359</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)**01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ – SBMG S.A. (Companhia)** é uma sociedade de economia mista, constituída pela lei 4.987 de 23 de dezembro de 1999 sob a forma jurídica de sociedade por ações de capital fechado.

Compete à Companhia implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea e explorar a armazenagem e capatazia em seus armazéns gerais, situados em seu sítio aeroportuário, que lhe for atribuída pelo município de Maringá, bem como, realizar quaisquer atividades correlatas ou afins.

Na consecução de seus objetivos e finalidades, cabe à Companhia a execução, direta e indireta dos serviços públicos necessários ao cumprimento de suas finalidades, na qualidade de concessionária de serviços públicos.

**02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), estão sendo apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

**03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao bem são transferidos para o comprador/arrendatário. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Empresa revisa estas premissas e estimativas por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras.

**c) Ativos circulante e não circulante**

- **Disponibilidades:** Estão representadas por valores em caixa e depósitos bancários de curto prazo.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado ao valor presente quando aplicável e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia não têm valores que necessitem constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber.

- **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição/integralização, construção, deduzido da respectiva, depreciação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

- **Redução ao valor recuperável:** Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- **CPC 27 – Ativo Imobilizado:** A avaliação do ativo imobilizado da empresa foi efetuado em de acordo com as determinações do CPC 27 – Ativo Imobilizado, onde não houveram acréscimos relevantes para serem contabilizados.

- **Intangível:** O ativo intangível compreende os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso dos mesmos. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa de 20%, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis.

- **Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.

e) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real tributável excedente de

R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro real tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A empresa optou por apurar os referidos tributos pelo método do lucro real.

g) Demonstrações dos fluxos de caixas: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

#### 04 – DISPONIBILIDADES

A composição na data base era a seguinte:

Conta	2010	2009
Caixa	493	1.050
Banco do Brasil S.A.	10.687	35.696
Banco Itaú S.A.	5	5
Caixa Econômica Federal	10.210	164.179
<b>Total</b>	<b>21.395</b>	<b>200.930</b>

#### 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição na data base era a seguinte:

Instituição financeira	Perfil	2010	2009
Banco do Brasil S.A.	Fundos de investimento	10.058	10.026
Caixa Econômica Federal	Fundos de investimento	124.106	492.403
<b>Total</b>		<b>134.164</b>	<b>502.429</b>

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estavam com os rendimentos pactuados provisionados até a data base do balanço.

#### 06 – CLIENTES

A composição do saldo da conta pelos maiores saldos devedores está demonstrado a seguir:

Cliente	2010
VRG Linhas Aéreas S.A.	51.213
Azul Linhas Aéreas	35.003
Maringá Armazéns Gerais	33.025
Ingá Turismo e Serviços	17.043
Pantanal Linhas Aéreas	15.798
Air Brasil S.A.	10.332
Outros	91.087
<b>Total</b>	<b>253.501</b>

#### 07 – TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição por tributo a recuperar está demonstrada a seguir:

Tributo	2010	2009
C.Social a recuperar	752	752
Cofins a recuperar	17.938	-
IRPJ a recuperar	1.002	1.002
IRRF a recuperar	10.997	4.811
PIS a recuperar	3.895	-
<b>Total</b>	<b>34.584</b>	<b>6.565</b>

Os créditos tributários serão utilizados para compensação com débitos tributários futuros.

#### 08 – OUTROS CRÉDITOS

A composição na data base era a seguinte:

Conta	2010	2009
Adiantamento salarial	26.894	-
Adiantamento de férias	-	18.232
Adiantamento a Diretoria	848	848
Adiantamento a terceiros	20	20
Adiantamento de viagens	1.250	-
Valores reembolsáveis	32.095	6.786
Outros	-	567
<b>Total</b>	<b>61.107</b>	<b>26.453</b>

#### 09 – VALORES A RECEBER

A Companhia mantém registrado o subgrupo realizável a longo prazo créditos no valor de R\$ 100.000 decorrentes de adiantamento realizado, no ano de 2004, ao extinto Serviço Autárquico de Obras Públicas – SAOP, da cidade de Maringá – Pr. Entretanto, após a extinção da referida autarquia, seus ativos e passivos foram incorporados ao patrimônio

municipal e atualmente a Companhia é autora de processo judicial de ressarcimento de valores, cujo desfecho final não tem data prevista.

#### 10 – IMOBILIZADO

A evolução do ativo imobilizado no exercício de 2010 está a seguir demonstrada:

Imobilizado	Saldo Anterior	Aquisição	Depreciação Amortização	Saldo Atual
<b>Veículos</b>	<b>429.531</b>	<b>-</b>	<b>(399.969)</b>	<b>29.562</b>
Móveis e Utensílios	111.214	12.127	(71.465)	51.876
Máquinas e Equipamentos	362.264	60.419	(214.727)	207.955
Aparelhos de Comunicação	107.933	1.680	(77.901)	31.712
Equipamentos de Informática	100.644	16.702	(78.732)	38.614
Bens Imóveis				-
Benfeitorias-Inst Operacionais	95.442	3.664	(21.817)	77.289
Benfeitorias-Inst Administrativas	61.651	2.280	(48.947)	14.983
Benfeitorias-Canteiros Ornamentais	175.172	-	(46.247)	128.925
Benfeitorias Estacionamentos	100.578	-	-	100.578
<b>Total</b>	<b>1.544.428</b>	<b>96.872</b>	<b>(959.806)</b>	<b>681.494</b>

O imobilizado está livre de ônus, exceto quando atrelado ao próprio financiamento. A depreciação do exercício totalizou R\$ 92.293 e foi calculada pelo método linear com base na expectativa de vida útil econômica dos bens. As adições no exercício social de 2010 totalizou R\$ 96.872. O teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados, determinado pelo parágrafo 3º do Art. 183º da Lei 6.404/76, está em processo de implantação e análise por parte da administração.

#### 11 – FORNECEDORES

Contabilizado na conta fornecedores encontra-se débitos decorrentes das compras de mercadorias para utilização nas atividades administrativas e débitos com prestadores de serviços, essencialmente no mercado interno. Os valores a pagar aos fornecedores estavam registrados a valor presente na data do balanço.

#### 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição da conta está demonstrada a seguir:

Tributo	2010	2009
COFINS a recolher	43.309	26.388
IRRF a recolher	6.605	8836
ISSQN a recolher	1.205	2.201
PIS a recolher	9.366	5.693
Retenções Lei 10833/2003	1.968	1.654
<b>Total</b>	<b>62.453</b>	<b>44.772</b>

#### 13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PROVISÕES

A composição da conta está demonstrada a seguir:

Obrigação	2010	2009
INSS a pagar	49.353	49.085
FGTS a pagar	8.142	7.106
Provisões para férias	111.908	76.118
Outros	-	943
<b>Total</b>	<b>169.403</b>	<b>133.252</b>

#### 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

A composição da conta está demonstrada a seguir:

Obrigação	2010	2009
-----------	------	------

Cheques a compensar	3.793	6.726
Contas a pagar	3.512	3.511
Prolabore a pagar	2.876	-
RPA a pagar	910	-
<b>Total</b>	<b>11.091</b>	<b>10.237</b>

**15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 71.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 50,00.

Acionista	Ações ordinárias	Capital social	
		31/12/2010	31/12/2009
Prefeitura Municipal de Maringá	70.972	3.548.700	3.548.700
José Luiz Bovo	7	325	325
João Celso Sordi	7	325	325
Valter Viana	7	325	325
Marcos Antonio Valencio	7	325	325
<b>Total</b>	<b>71.000</b>	<b>3.550.000</b>	<b>3.550.000</b>

b) **Reservas de Capital:** As reservas de capital no montante de R\$ 133.240, foram constituídas em exercícios anteriores em atendimento ao que rege o art. No. 182 da Lei No. 6.404/76.

c) **Reserva Legal:** Em razão da Companhia não ter apresentado resultado positivo no exercício, não foram destinados recursos para aumento da reserva legal. Ademais, a Administração da Companhia optou pela não reversão da reserva já constituída, conforme possibilitado pelo art. No. 193 da Lei 6.404/76.

d) **Reserva para Contingência:** Com base no Art. No.195 da Lei No. 6.404/76 e consubstanciado na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia optou por manter a reserva para contingência considerada como sendo de perda provável e constituída em exercícios anteriores.

**16 – RECEITAS**

As receitas da Companhia são decorrentes, substancialmente, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados no transporte aéreo, as quais estão assim constituídas:

- Tarifa de embarque de passageiro;
- Tarifa de pouso e permanência de aeronaves;
- Tarifa de armazenagem e capatazia de carga aérea; e
- Tarifa de prestação de serviços de comunicações e auxílios à navegação aérea.

Também é parte relevante da receita a arrecadação de valores oriundos do arrendamento de instalações e equipamentos e do aluguel de áreas e espaços. A Companhia, portanto, obtém seus recursos financeiros mediante a cobrança de preços específicos e de tarifas aos usuários e operadoras do transporte aéreo.

**17 – RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2010 foi o seguinte:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Receitas de multas	2.509	2.355
Rendimentos de aplicações financeiras	28.429	17.004
Descontos obtidos	2.003	-
Receitas financeiras diversas	-	832
Despesas com juros e multas	-5.008	-4.766
Despesas bancárias e diversas	-8.354	-8.256
<b>Encargos financeiros líquidos</b>	<b>19.579</b>	<b>7.169</b>

**18 – HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros e os Diretores. Os administradores são remunerados na forma de pró-labore, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores é apresentado fazendo parte da rubrica despesas com pessoal na demonstração do resultado e nos meses de janeiro a dezembro de 2010 totalizou R\$ 414.636 (R\$ 399.241 em 31/12/2009). A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores. No ano de 2010 não foram pago valores a título de gratificações a administradores.

**19 – COBERTURA DE SEGUROS**

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, com exceção das dependências administrativas do aeroporto. Tal abstenção deve-se à ausência de interesse de seguradoras

na aceitação dos riscos inerentes ao caso. Os montantes dos demais bens segurados (veículos) são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**20 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

A empresa não possui contingências passivas de natureza tributária, trabalhista ou civil.

**21 – POLÍTICA ADOTADA NA COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Descrição	31/12/10	31/12/09
Caixa e saldo em bancos (Disponibilidades)	21.395	200.930
Aplicações financeiras de curto prazo	134.164	502.429
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>155.559</b>	<b>703.359</b>

- **Disponibilidades:** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

- **Equivalentes de caixa:** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas de governança corporativa. Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- Liquidez da Companhia;
- Minimização do risco financeiro; e
- Adequado retorno do capital investido.

**22 – MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO CONTÁBIL**

Na preparação das demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2010 a Entidade observou e ou aplicou a legislação contábil seguinte:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos;
  - CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixas;
  - CPC 12 – Ajuste a valor presente;
  - CPC 23 – Políticas contábeis;
  - CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes;
  - CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis;
  - CPC 27 – Ativo imobilizado;
  - CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade;
  - CPC 38 – Instrumentos financeiros;
- Maringá - PR, 31 de dezembro de 2010.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	Silvio Magalhães de Barros II
Conselheiros:	José Luiz Bovo Marcos Antonio Valencio João Fernando Máscchio Valter Viana

**DIRETORIA**

Superintendente:	Marcos Antonio Valencio
Diretora adjunta:	Cibele Carlone Rocha
Contador:	Clayton Dias Pereira Contador CRC-PR030308/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

À  
Diretoria da  
**TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ – SBMG S.A.**  
Maringá - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ – SBMG S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Sociedades Anônimas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conforme determinam as práticas contábeis emanadas da legislação societária, a Companhia deve efetuar análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, de forma a ajustá-lo mediante provisão quando comprovado que tais ativos não produzirão resultados futuros suficientes à recuperação econômico financeira. Na data base de 31 de dezembro de 2010 a Companhia não efetuou a referida análise de recuperabilidade dos bens imobilizados.

Conforme evidenciado na nota explicativa nr. 9, a Companhia mantém registrado na rubrica "valores a receber - ativo não circulante", o montante de R\$ 100.000 relativo a créditos com partes relacionadas, cuja realização é considerada improvável. Deste modo, em razão destas limitações a administração da Companhia deveria avaliar, conforme determinam as práticas contábeis brasileiras, necessidade de reconhecimento de provisão para possível perda sobre este montante.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis ajustes decorrentes dos assuntos mencionados anteriormente, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ - SBMG S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades Anônimas.

A administração da Companhia não efetivou a contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros decorrentes de riscos de incêndios, explosões e responsabilidade civil, que possam envolver suas dependências administrativas, conforme estipulado pelo Regimento Interno. Os reflexos desta incerteza não estão mensurados nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 apresentadas para fins de comparabilidade, forma examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer emitido em 23 de julho de 2010, continha ressalvas e parágrafo de ênfase.

Maringá - PR, 22 de julho de 2011.

#### AGNALDO APARECIDO DE SOUZA

Contador CRC-PR-038047/O-0

#### SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S

CRC-PR-004940/O-6

R\$ 3.744,00 - 53070/2012

#### SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

MARILEI SCHOELER torna público que recebeu do IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, Licença de Prévia sob nº 30174 para o empreendimento a seguir especificado:

ATIVIDADE: Avicultura.

ENDEREÇO: Lote Rural nº77, Gleba 12, Imóvel Guairacá, Município de Missal, Estado do Paraná.

VALIDADE: 23/04/2014.

#### SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

MARILEI SCHOELER torna público que requereu do IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, Licença de Instalação para o empreendimento a seguir especificado:

ATIVIDADE: Avicultura.

ENDEREÇO: Lote Rural nº77, Gleba 12, Imóvel Guairacá, Município de Missal, Estado do Paraná.

R\$ 64,00 - 52843/2012

#### SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa abaixo torna público que recebeu do IAP Licença Prévia para o empreendimento a seguir especificado:

EMPRESA: Kusumoto Empreendimentos Imobiliários Ltda

ATIVIDADE: Loteamento Residencial Jd. Kusumoto II

ENDEREÇO: Jd. Kusumoto II, Lote de terras sob Nº 222/223-Unificação, Gleba Patrimônio Sarandi.

MUNICÍPIO: Sarandi, Estado do Paraná

VALIDADE: 27/04/2013.

R\$ 32,00 - 52836/2012

#### FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

##### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 469/12 - RP - 12 MESES

CONTRATANTE: Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR - CONTRATADA: **Idem Técnica Equip. Hosp. Ltda.** - CNPJ/MF: 10.404.338/0001-62 - **Valor Global:** R\$ 245.400,00 - **OBJETOS:** Sensor descartável adulto/pediátrico/neonatal, compatível com pré-cabos específicos para oxímetros e monitores Ohmeda/GE ref. TS-AF-25 - R\$ 2.450,00 - Sensor reutilizável adulto/pediátrico compatível com pré-cabos específicos para oxímetros e monitores Ohmeda/GE com 1m (3.3ft) ref. TS-F-D - R\$ 395,00 - Pré-cabo específicos para oxímetros e monitores Ohmeda/GE, compatível com sensores descartáveis TS-AF-25, com 3m (10ft) - TS-N3 - R\$ 245,00 - Pré-cabo específicos para oxímetros e monitores Ohmeda/GE, compatível com sensores descartáveis TS-AF-25, com 3m (10ft) - TS-G3 - R\$ 320,00 **AMPARO LEGAL:** Art. 33, inciso I da Lei Estadual nº 15.608/07. **SUPERINTENDENTE DA FUNPAR:** Prof. Paulo Mello Garcias. **Comissão Permanente de Licitação/FUNPAR - Mídan Felicy Marton**

R\$ 80,00 - 52808/2012

#### SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa D. Souza - Artefatos de Cimento CNPJ nº04.816.298/0001-63, torna público que requereu ao I.A.P. Renovação da Licença de Operação para Fabricação de Artefatos de Cimento, a ser implantado na Rua Pinguim nº695, Pq. Industrias Leves, município de Londrina, Estado do Paraná.

R\$ 32,00 - 53145/2012

**J. BLUM & J. BLUM EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.**, torna público que recebeu do IAP Licença de Operação nº 16200, validade 25/06/2012 e, requereu renovação da Licença, para extração de areia no leito do Ribeirão Anhumas, no município de Ribeirão Claro, no estado do Paraná.

R\$ 16,00 - 53024/2012

#### BEMATECH S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 82.373.077/0001-71 - NIRE 41300009279

##### Súmula de Requerimento de Renovação de Licença de Operação

A **BEMATECH S.A.** torna público que requereu ao IAP, a Renovação da Licença de Operação válida até 26/11/2012 para a Fabricação de periféricos para equipamentos de informática, localizado na Avenida Rui Barbosa, nº 2529, módulo 07 e 08, município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

R\$ 48,00 - 53071/2012

#### SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

Ademir Francisco Berlim torna público que requereu ao Instituto Ambiental do Paraná, Licença Ambiental Simplificada para aviário de frangos de corte a ser implantado na Estrada Del Bel, Lote 02 da Gleba Santa Cruz, Município Alto Paraná, Estado do Paraná.

R\$ 16,00 - 53022/2012

#### BEMATECH S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 82.373.077/0001-71 - NIRE 41300009279

##### Súmula de Recebimento de Licença de Operação

A empresa abaixo torna público que recebeu do IAP, Licença de Operação para o empreendimento a seguir especificado:

Empresa: BEMATECH S.A.

Atividade: Fabricação de periféricos para equipamentos de informática.

Município: São José dos Pinhais.

Validade: 26/11/2012.

R\$ 48,00 - 53069/2012

**VAULLER APARECIDO FURTADO** torna público que requereu ao IAP, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS, para a atividade de AVICULTURA no Sítio Santo Antônio, município de Bandeirantes - PR.

R\$ 16,00 - 53067/2012

#### SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA INSTALAÇÃO

A Empresa BMW Empreendimentos Imobiliários Ltda., torna público que requereu ao IAP Instituto Ambiental do Paraná, Licença de Instalação para implantação de Loteamento Urbano para fins residencial, no Lote de Terras nº 266 localizado no Gleba Ribeirão Sarandi, Município de Maringá Estado do Paraná.

R\$ 32,00 - 53060/2012

#### SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

TRANS ALMEIDA LTDA torna público que requereu ao IAP- Jacarezinho a Licença Prévia para DEPÓSITO DE CALCÁRIO, sito à Rodovia PR 218 Km 27,5 Fazenda Jacarezinho Distrito de São Roque do Pinhal - Joaquim Távora /PR..

R\$ 16,00 - 53089/2012

#### SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

POSTO NICHELE PIMPÃO LTDA. ME, torna público que requereu à SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença de Instalação para comércio varejista de combustíveis, lubrificantes, derivados de petróleo, lubrificação manual de veículos, lanchonete e loja de conveniência. Situado à Rua Francisco Derosso, 1762, Bairro Xaxim - Curitiba - PR.

R\$ 32,00 - 53072/2012

#### SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Sr. Jacó Cesar Warzocha CPF nº 930.831.659-00, torna público que recebeu do IAP, Licença Prévia para Avicultura de Corte implantada na Linha São Carlos - Serranópolis do Iguçu - Paraná.

R\$ 16,00 - 53033/2012